

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.612.722 - SP  
(2019/0328205-0)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : MARIA BERNADETE DA SILVA**  
**ADVOGADOS : FERNANDO AUGUSTO CÂNDIDO LEPE - SP201932**  
**THAÍS CONTI COSTA E OUTRO(S) - SP351334**  
**AGRAVADO : BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A**  
**AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A**  
**ADVOGADOS : GISALDO DO NASCIMENTO PEREIRA - DF008971**  
**KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI E OUTRO(S) - SP178033**  
**ADVOGADOS : PAULA DE PAIVA SANTOS - DF027275**  
**IAN DOS SANTOS OLIVEIRA MILHOMEM - DF045993**  
**ALINE ELIAS LASNEAUX DINIZ REIS - DF041568**

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interno, interposto por MARIA BERNADETE DA SILVA, em face de decisão da Presidência desta Corte, que não conheceu do agravo.

O apelo nobre, a seu turno, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, foi manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

CONTRATO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. COBRANÇA EFETUADA, SEM CONTUDO, HAVER ENTREGA DE VALORES EM FAVOR DA MUTUÁRIA. PROVA. IMPUGNAÇÃO. APELO. PROFLIGAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. AUSÊNCIA.

1. O recurso, interposto em duplicidade, não profligou os fundamentos da sentença. Há fortes indícios, ademais, de que não corresponde ao processo em questão.
  2. Fundamentos genéricos da apelação, aparentemente não correspondente ao processo em epígrafe, não logram afastar o resultado da lide.
  3. Embora a autora tenha firmado empréstimo e haver cobrança das parcelas respectivas, o réu não lhe entregou o dinheiro do contrato. Cabe, portanto, devolução das quantias pagas.
  4. Não houve condenação do réu ao pagamento de indenização, tampouco determinação de devolução em dobro de valores.
- Arguições totalmente alheias aos fatos do processo.
5. Honorários foram fixados de forma adequada, respeitando o disposto no art. 85 do CPC e, por isso, não merecem redução.
  6. Recurso não conhecido em parte e, na parte conhecida, não provido.

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a insurgente alegou que "*Ao negar provimento ao recurso, a decisão da forma como prolatada acabou por negar vigência artigo 85, §11.º do Código de Processo Civil, ao deixar de majorar o valor referente aos honorários advocatícios sucumbenciais, por entender que as contrarrazões apresentadas pela recorrente em nada contribuíram para a manutenção da sentença de procedência da ação. No entanto, Nobres Julgadores, nos termos do artigo 85, §11 do Código de*

# Superior Tribunal de Justiça

*Processo Civil a majoração dos honorários advocatícios recursais decorre de lei, e não da avaliação do trabalho adicional apresentado pela parte que já vinha obtido êxito na demanda, ficando o Tribunal obrigado a majorar o valor dos honorários fixado anteriormente, independentemente de recurso de apelação para discussão da verba honorária, tudo de maneira a remunerar o trabalho adicional desenvolvido pelo advogado em sede recursal."*

Em juízo de admissibilidade, o apelo nobre foi inadmitido, razão pela qual foi interposto o agravo de fls. 313-320, e-STJ.

Em decisão monocrática, a Presidência desta Corte não conheceu do agravo ante a ausência de dialeticidade recursal.

Irresignada, a recorrente manejou o presente agravo interno, no qual sustenta que impugnou todos os fundamentos da decisão que não admitiu o apelo nobre, inclusive a Súmula 7 do STJ.

Ante as razões expedidas no presente agravo interno, reconsidero a decisão monocrática anteriormente proferida às fls. 332-333, e-STJ, e passo, de plano, ao reexame do reclamo.

É o relatório.

Decido.

A irresignação merece prosperar.

1. Com efeito, acerca de ser devida a majoração dos honorários advocatícios em virtude do desprovimento do recurso de apelação manejado pela parte adversa, restou consignado no acórdão recorrido:

A manutenção da sentença não decorreu do trabalho apresentado pelo patrono da parte embargante, em suas contrarrazões, de modo que não cabe majoração de honorários em seu favor.

O Tribunal, quando da análise dessa majoração, deve observar vários aspectos, entre eles o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação de serviço, a natureza e importância da ação. Não há, portanto, como quer a parte, a obrigação de a Corte majorar honorários, se entender que o montante já fixado é suficiente para remuneração de seu patrono.

Quando o apelante tem sucesso, tal majoração tem sentido. Mas se o insucesso da apelação não tem relação com o trabalho do patrono do recorrido, não se observa razão alguma para se fomentar a indústria dos honorários no Tribunal.

Contudo, esta Corte Superior fixou entendimento no sentido de que é necessário o preenchimento simultâneo de três requisitos para majoração dos honorários recursais:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO EMBARGADO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICA. PRESCRIÇÃO. REPARAÇÃO. DIREITOS AUTORAIS. ILÍCITO EXTRA CONTRATUAL. ACÓRDÃO EMBARGADO CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. NÃO CABIMENTO. DECISÃO MANTIDA.

(...)

5. É devida a majoração da verba honorária sucumbencial, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, quando estiverem presentes os seguintes requisitos,

simultaneamente: a) **decisão recorrida publicada a partir de 18.3.2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e c) condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso.**

(...)

(AgInt nos EREsp 1539725/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, **SEGUNDA SEÇÃO**, julgado em 09/08/2017, DJe 19/10/2017)

No presente caso, a sentença recorrida foi publicada em agosto de 2018 e o recurso de apelação da parte adversa não foi conhecido em parte e, na parte conhecida, lhe foi negado provimento, bem como houve a prévia fixação de honorários pela sentença.

Logo, o acórdão recorrido julgou em dissonância com a jurisprudência do STJ no ponto, merecendo reforma.

**2.** Do exposto, reconsidero a decisão monocrática anteriormente proferida às fls. 332-333 (e-STJ), tornando-a sem efeitos, e conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial a fim de majorar os honorários sucumbenciais para 12% (doze por cento) do valor da causa.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator